



www.cddmoz.org

PLATAFORMA DE PAZ E SEGURANÇA DE CABO DELGÁDO



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

Segunda - feira, 22 de Abril de 2024 | Ano 3, n.º 43 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

ENQUANTO SAMIM SAI DE MOÇAMBIQUE POR FALTA DE DINHEIRO

Filipe Nyusi está empenhado em endividar Moçambique junto da União Europeia para financiar a continuidade da tropa ruandesa em Cabo Delgado

- Informação disponível dá conta de que o Presidente da República, Filipe Nyusi, está empenhado em convencer a União Europeia - um dos financiadores da luta contra o terrorismo - a emprestar 20 milhões de Euros ao Estado moçambicano para financiar as operações da tropa ruandesa, que já começou ou vai fortalecer a presença em Cabo Delgado com o envio de mais militares.



Créditos: Carta de Mocambique

A operação acontece numa altura em que a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) está a sair de Cabo Delgado exactamente porque se alega que não há dinheiro para financiar as operações da tropa do bloco regional.

O endividamento de Moçambique junto da União Europeia é problemático em duas dimensões. A primeira dimensão tem que ver com a falta de transparência, na medida em que é feita longe do olhar de todos, incluindo da Assembleia da República.

A segunda dimensão resulta dos questionamentos sobre a lógica ou a razão de se deixar a SAMIM sair porque não há dinheiro e se pedir dinheiro para a tropa ruandesa. Aliado a isto, se questiona se não seria mais inteligente mobilizar fundos para investir na capacidade de resposta das Forças de Defesa e Segurança que, segundo o ministro da Defesa, Cristóvão Chume, vão actuar nas áreas que eram da actuação da SAMIM.

O endividamento de Moçambique pelo Governo é possível no âmbito da Facilidade Europeia para a Paz (FEP). No contexto das suas operações no Teatro Operacional Norte (TON), o regime de Kigali recebeu, em 2023, 20 milhões de euros financiados pela FEP. O que significa que, caso o novo pedido de 20 milhões de euros do Governo, sem conhecimento da AR, seja aprovado, Paul Kagame somará, ao todo, 40 milhões de euros financiados pela FEP.

No entanto, o segundo desembolso não está garantido e enfrenta uma oposição ainda mais forte do que o primeiro por parte de alguns membros da União Europeia. Fundamentalmente, a oposição deriva de receios que alguns Estados têm de que o dinheiro disponibilizado para apoiar o combate ao extremismo violento no TON seja desviado pelo regime de Kigali para financiar a insurgência na República Democrática do Congo.¹

Enquanto um novo desembolso pela FEP divide opiniões entre os Estados da UE, gerando incertezas, estima-se que os custos das oper-

ações do Ruanda no TON possam ultrapassar os 100 milhões de dólares. Um desafio complexo para o governo de Nyusi que, no âmbito dos acordos com os seus parceiros de cooperação, enfrenta restrições para contrair novos empréstimos não concessionais para financiar o combate à insurgência.

A tropa ruandesa está em Cabo Delgado desde a primeira parte do primeiro trimestre de 2021, sendo que neste momento tem um contingente de mais de 2500 homens no terreno, que pode vir a subir ou pode ter já subido.

É que, segundo a publicação “África Intelligence”, Kigali já despachou militares² para o Teatro Operacional Norte (TON). Em princípios de Abril, foi notícia que o regime de Kigali planeava enviar³ mais tropas para Cabo Delgado para fechar as zonas que eram de actuação da SAMIM, nomeadamente Macomia, Muidumbe, Nangade e Mocímboa da Praia.

A informação foi divulgada pelo comandante da cooperação internacional das Forças de Defesa do Ruanda, o Brigadeiro General Patrick Karuretwa. Nessa altura, o portal sul africano “News24” disse que o envio dessas tropas seria financiado pela União Europeia.



O endividamento de Moçambique junto da União Europeia é problemático em duas dimensões. A primeira dimensão tem que ver com a falta de transparência, na medida em que é feita longe do olhar de todos, incluindo da Assembleia da República.



¹ <https://africanarguments.org/2024/04/europes-indifference-to-rwandas-atrocities-is-costing-congolese-lives/>

² <https://evidencias.co.mz/2024/04/18/ue-pode-recusar-novo-pedido-de-mocambique-de-20-milhoes-de-euros-para-as-tropas-ruandesas/?amp=1>

³ https://www.voaportugues.com/a/ruanda-vai-enviar-mais-tropas-para-mocambique/7558534.html?utm_medium=social-media&utm_campaign=mocambique&utm_source=facebook&fbclid=IwAR2bXBV12KtNODgDCu_ZzZleMhyR-ugHvgJNoY_nV0iOyYqZommmw0f0_cbg_aem_AUAB0of4XCbKwIdbUtYSc3mHmzgG_M_GNhsZGc07tV4y-94UrxEoOdIaCR41O5jAwX1&mibextid=WC7FNe

Uma presença cada vez mais forte do Ruanda em Cabo Delgado e o fortalecimento das relações em fim de mandato de Nyusi

A mobilização de fundos para o financiamento da tropa ruandesa acontece numa altura em que, seguindo a deliberação de Luanda, de 17 de Agosto de 2023, e de Lusaka, de 23 Março de 2024, a tropa da SAMIM, que chegou em Cabo Delgado pouco tempo depois da do Ruanda, deve sair de Moçambique em Julho deste ano, sendo que já começou a des-

mobilização, em 5 de Abril, dos militares do Botswana, e da África do Sul, em 15 de Abril.

Neste momento, continuam em Cabo Delgado, do lado da SADC, tropas de seis países, nomeadamente República de Angola, República Democrática do Congo, Reino do Lesoto, República do Malawi, República Unida da Tanzânia e República da Zâmbia.

Duas narrativas que justificam a saída da SAMIM de Cabo Delgado

A ministra dos Negócios Estrangeiros, Verónica Macamo, alega falta de fundos, uma narrativa amplamente difundida por Filipe Nyusi. O ministro da Defesa diz que a decisão do fim⁴ da missão da SAMIM baseou-se na avaliação do facto de a mesma ter cumprido o objectivo pelo qual foi criada, de apoiar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique na ofensiva contra os terroristas, recuperando o controlo de zonas que se encontravam sob forte influência dos terroristas em Macomia, Muidumbe, Nangade e Mocímboa da Praia.

Entretanto, isto nos parece contraditório na medida em que, enquanto termina a missão do bloco regional, o Estado é colocado a pedir dinheiro para financiar a entrada da tropa ruandesa para o lugar da SAMIM e para fazer o trabalho que era feito pela SAMIM, o que alimenta as suspeitas de que a saída da SAMIM se deve ao mau⁵ ambiente que se criou no TON entre as duas forças estrangeiras, supostamente alimentado pelo Governo, nomeadamente pelo tratamento diferenciado que dava aos dois.

Informações disponíveis indicam que o Governo dava maior atenção ao Ruanda em detrimento da força regional. De resto, a saída da SAMIM e entrada de mais militares ruandeses em Cabo Delgado, com o financiamento da União Euro-

peia, marca uma presença cada vez mais forte do Ruanda e fortalece as relações Nyusi e Kigali, numa altura em que o primeiro está em fim de mandato.

Ora, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) entende que o endividamento de Moçambique junto da União Europeia é problemático em duas dimensões. A primeira dimensão tem que ver com a falta de transparência, na medida em que a operação é feita longe do olhar de todos, incluindo da Assembleia da República.

A segunda dimensão resulta dos questionamentos sobre a lógica ou da razão de se deixar a SAMIM sair porque não há dinheiro e se pedir dinheiro para a tropa ruandesa. Chegados aqui e tendo em conta a nuvem de poeira que se cola sobre este assunto, torna-se imperioso perguntarmos o que estaria por trás dessa decisão. Não seria mais prático investir nas FDS, que se diz que estão com problemas sérios de meios de combate e de logística, chegando a faltar-lhes comida, e que, segundo o ministro da Defesa, Cristóvão Chume, vão actuar nas áreas que eram da actuação da SAMIM? Não seria mais fácil investir na continuidade da SAMIM que já se tinha adaptado e conhecia a realidade?

⁴ https://www.dw.com/pt-002/moçambique-diz-que-vai-vencer-terrorismo-internacional/a-68858049?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR3_1g_Pt-TOU-86qkbey0Eka5vPOP5FcmNoQuollSpSlYxnlkUI4zvQ5Ays_aem_AZtjMYetnJCujypzMVvwXbuKUbdr7W5zr2_0dKgph4thTXFWFpZhqxCY-HawDqc62TsfngZK4Lsm-eZjxjMDeJA_D

⁵ <https://savana.co.mz/?p=6273>



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Prof. Adriano Nuvunga
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

